

PAISAGEM CULTURAL DO VALE DO RIO DA LUZ (SC): GESTÃO A PARTIR DE DADOS GEOESPACIAIS

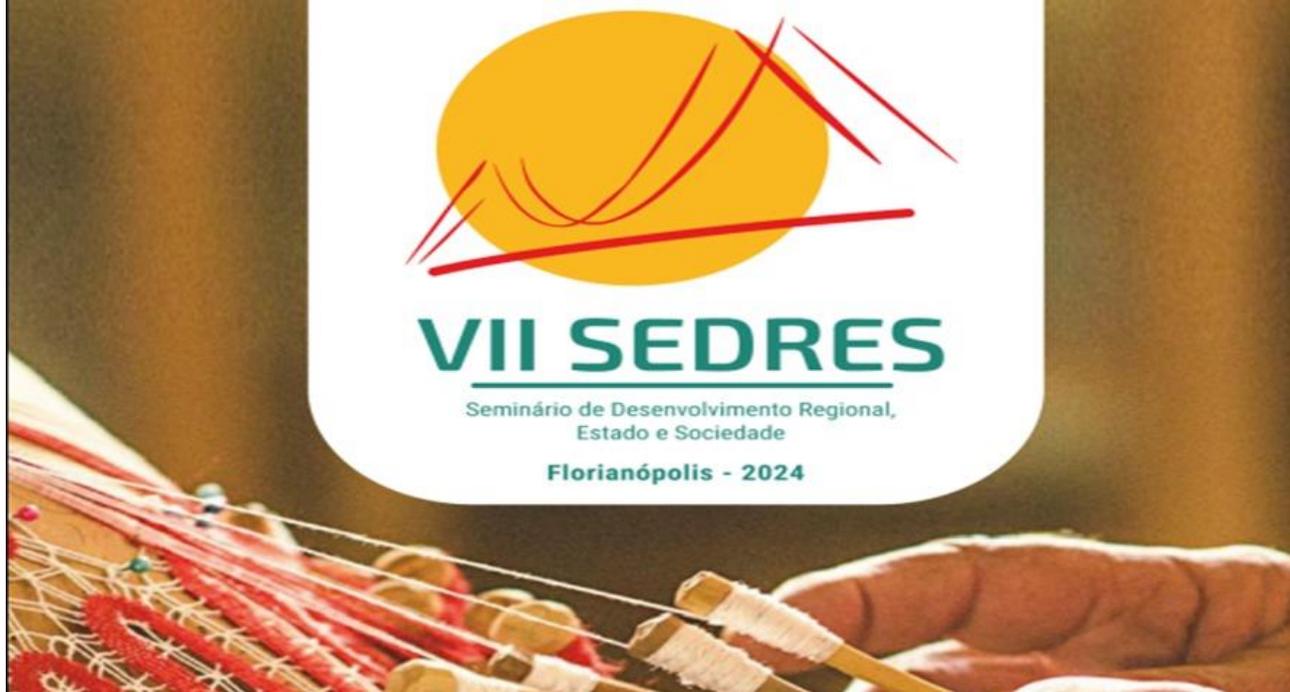
A espacialidade no planejamento e na gestão territorial

RESUMO

O Vale do Rio da Luz (Jaraguá do Sul, SC) foi colonizado entre o fim do século XIX e início do XX por imigrantes alemães resultando em um Conjunto com aspectos materiais e imateriais Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2007 (já que o instrumento utilizado para a proteção de Paisagens Culturais ainda não havia sido finalizado). Notando a necessidade de ferramentas contribuintes na gestão integrada entre os níveis municipal, estadual e federal, valeu-se de atividades de geoprocessamento em um *software* de criação e compartilhamento de mapas, compilando dados geográficos pré-existentes, no intuito de analisar a distribuição e as relações entre os principais elementos caracterizantes e descaracterizantes do Conjunto enquanto patrimônio nacional. A partir da produção cartográfica, foram realizadas análises espaciais e visuais que auxiliaram na definição de pontos prioritários para a gestão na poligonal protegida.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se o Sistema de Informação Geográfica (SIG) para compilar e disponibilizar dados contribuintes para o entendimento da preservação e descaracterização da paisagem cultural do Vale do Rio da Luz. Valeu-se de **projeto cartográfico** (Ramos *et al.*, 2018) para cada camada temática, pensado para que os usuários fossem os técnicos atuantes na gestão do território. As camadas podem ser sobrepostas no mapa interativo online, contendo janelas adicionais com dados alfanuméricos. A confecção destas deu-se por meio dos programas Google Earth e Excel, além do software livre QGIS, e do ArcGIS Online para a disponibilização do produto. A pesquisa bibliográfica em referencial teórico-científico sobre patrimônio, planejamento urbano e regional e cartografia temática auxiliou na definição dos fatores caracterizantes ou descaracterizantes da paisagem cultural que seriam averiguados. Foram eles: patrimônio histórico-cultural; usos; intervenções; urbanização (loteamentos e desmembramentos); e Áreas de Preservação Permanente (APPs). As sobreposições das camadas propiciaram análises espaciais e a definição de pontos de interesse para análises visuais. Pôde-se, com isso, constatar locais a serem enfocados pela gestão, seja por apresentarem concentração de valores



conforme descritos no Dossiê de Tombamento ou por maior descaracterização, demandando estratégias para manutenção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico do Conjunto.

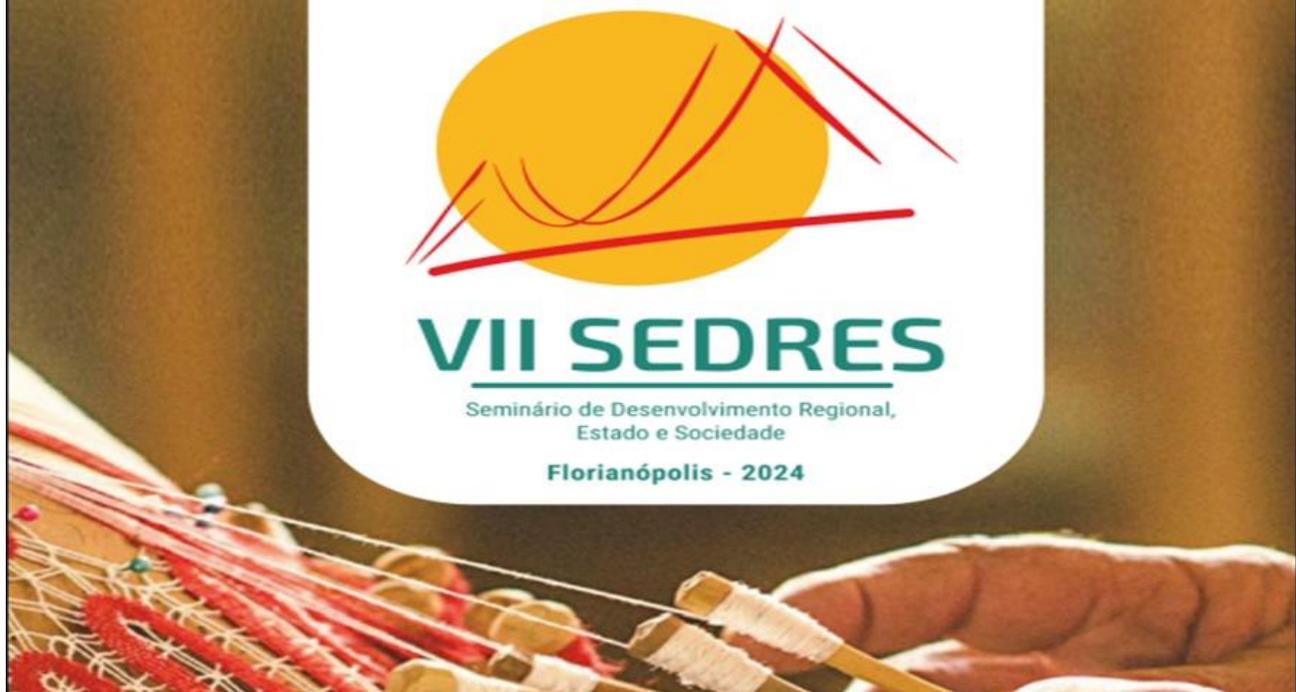
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sobreposição entre as camadas temáticas de patrimônio histórico-cultural e de usos, por exemplo, demonstrou que, na antiga poligonal de entorno (área que foi retirada do tombamento pela perda dos seus valores), a maioria dos bens têm uso atual residencial (46%) e apenas 8% uso agropecuário; e a maioria dos localizados na poligonal tombada têm uso concomitantemente agropecuário (31%) e residencial (31%). Pode-se inferir que há uma tendência à mudança de uso residencial-agropecuário para o somente residencial entre os bens edificadas, e que essa mudança tende à desconfiguração dos valores patrimoniais.

Em relação aos pedidos de intervenção, loteamentos e desmembramentos, a maioria concentra-se na porção da poligonal que se sobrepõe ao zoneamento urbano. Poucos são os locais em que há coincidência de patrimônio histórico-cultural e intervenções, sendo a maioria terraplanagens e novas construções, e apenas três restauros. É consideravelmente baixa a intersecção entre as camadas de urbanização e de patrimônio, concentrando-se na zona urbana da antiga poligonal de entorno. Dos 77 bens mapeados, 27 encontram-se em APPs. Já era esperado certa coincidência entre essas camadas, visto que, no geral, as edificações eram construídas próximas a fontes de água.

Foram realizadas análises visuais em locais com uso agropecuário, recreativo, comercial e residencial. Desses, apenas o com uso agropecuário não tem cercas interferindo diretamente na visualização do bem edificado. Os bens com uso agropecuário e recreativo averiguados não têm novas construções próximas interferindo na sua leitura visual, ao contrário dos bens com uso residencial e comercial. As intervenções próximas a bens patrimoniais averiguadas não interferem negativamente. É importante mencionar que as intervenções averiguadas nesta análise passaram por processo de aprovação no órgão responsável, o Iphan. A análise visual dos bens coincidentes com a camada de urbanização demonstrou que as restrições impostas pela Portaria de Normatização (como materiais e volumetrias, afastamentos e gabaritos máximos) fazem com que o impacto visual das construções não seja tão negativo na área tombada. Em relação às APPs, não foram constatadas diferenças na percepção visual quando comparados os bens inseridos e não inseridos nelas.

Concluiu-se que os elementos que dificultam a leitura dos valores do Conjunto são variados e dependem de agentes diversos. Podem ser representados por loteamentos, construções ou vegetações



alocadas de forma a interferirem na visão do bem edificado, e até mesmo pelo abandono de propriedades. Não foi possível aferir um padrão de localização de elementos descaracterizantes na poligonal como um todo, a não ser pela concentração de loteamentos na porção afetada pela urbanização. Atualmente, esse processo de urbanização foi controlado e tem restrições impostas pela Portaria e pelo Plano Diretor de Jaraguá do Sul, após a revisão em 2018. É importante reforçar que uma gestão territorial efetiva e sustentável depende da integração de variados agentes que interferem no território, do diálogo e da colaboração entre eles.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

O estudo relaciona-se com a sessão proposta na medida em que apresenta uma alternativa (e suas limitações) no processamento e representação de dados geoespaciais em paisagens culturais, considerando a ocupação territorial, o ambiente natural e as dinâmicas sociais, e vale-se de dados geográficos como suporte ao planejamento e à gestão territorial.

REFÊRENCIAS

BRASIL. **Portaria nº 318, de 07 de novembro de 2019.** Altera a Portaria nº 69 de 22 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do Conjunto Rural de Rio da Luz, no município de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina. Diário Oficial da União, nº 219, Seção I, Brasília, 12 de novembro de 2019.

RAMOS, A. P. M.; RODRIGUES, B. M.; OSCO, L. P.; ANTUNES, P. A. Abordagem sistemática de projeto cartográfico para a análise da qualidade ambiental de bacia hidrográfica. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.11 n. 3, 2018.